

AVALIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ANGARIAÇÃO IMOBILIÁRIA

AVALIAÇÃO,
MEDIAÇÃO E ANGARIAÇÃO IMOBILIÁRIA

Lei
nº 153/2015

Regula
o acesso e o exercício da atividade dos peritos avaliadores de
imóveis que prestem serviços a entidades do sistema financeiro
nacional.

14-09-15

Lei
nº 15/2013

Estabelece
o regime jurídico a que fica sujeita a actividade de mediação
imobiliária.

08-02-13

Portaria
nº 424/2012

Fixa
em (euro) 482,40 o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis, a vigorar no ano de 2013.

28-12-12

Lei
nº 64/2012

Procede
à segunda alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira, alterando ainda as Leis n.os 112/97, de 16 de setembro, e 8/2012, de 21 de fevereiro, a Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.os 229/95, de 11 de setembro, 287/2003, de 12 de novembro, 32/2012, de 13 de fevereiro, 127/2012, de 21 de junho, 298/92, de 31 de dezembro, 164/99, de 13 de maio, e 42/2001, de 9 de fev.

20-12-12

Portaria
nº 240/2012

Aprova
o modelo da participação de rendas e o respetivo anexo 1, bem como as correspondentes instruções de preenchimento.

10-08-12

Portaria
nº 106/2012

Regula
o regime de financiamento da avaliação geral de prédios urbanos.

08-04-12

Portaria
nº 96/2012

Especifica
as profissões regulamentadas abrangidas nos sectores das obras
públicas, transportes e comunicações e designa as respectivas
autoridades competentes para proceder ao reconhecimento das
qualificações profissionais, nos termos da Lei nº 9/2009

05-04-12

Portaria
nº 81/2012

Estabelece
as profissões no âmbito da prestação de serviços financeiros
cujo reconhecimento de qualificações profissionais é regulado e
designa a autoridade competente para proceder ao referido
reconhecimento.

29-03-12

Lei
nº 60-A/2011

Procede
à segunda alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2011,
aprovada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, altera o
Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, e o Código do
Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e procede à primeira
alteração do Decreto-Lei nº 137/2010, de 28 de Dezembro, que
aprova um conjunto de medidas adicionais de redução de despesa
com vista à consolidação orçamental prevista no Programa de
Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2010-2013.

30-11-11

Decreto-Lei
nº 69/2011

Simplifica
os regimes de acesso e exercício das actividades de construção,
mediação e angariação imobiliária

15-06-11

Decreto-Lei
nº 92/2010

Estabelece
os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre
acesso e exercício das actividades de serviços

26-07-10

Portaria
nº 66/2005

Fixas
as condições mínimas de seguro de responsabilidade civil nas
actividades de mediação imobiliária e de angariação
imobiliária (revogada pela Lei nº 15/2013)

25-01-05

Decreto-Lei
nº 287/2003

No
uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 26/2003,
de 30 de Julho, aprova o Código do Imposto Municipal sobre
Imóveis e o Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões
Onerosas de Imóveis, altera o Código do Imposto do Selo, altera
o Estatuto dos Benefícios Fiscais e os Códigos do IRS e do IRC e
revoga o Código da Contribuição Predial e do Imposto sobre a
Indústria Agrícola, o Código da Contribuição Autárquica e o
Código do Imposto Municipal de Sisa e do Imposto sobre as
Sucessões e Doações. (revogados os nºs 1 a 3 e 6 a 8 do
art. 15º, pela Lei nº 60-A/2011 e alterado pela Lei nº 64/2012)

12-11-03

Decreto-Lei
nº 258/2001

Altera
o Decreto-Lei nº 77/99, que regula o exercício da actividade de
mediação imobiliária

25-09-01

Portaria
nº 1120/2001

Regulamenta
o nº 1 do art. 26º e o nº 1 do art. 21º do Decreto-Lei nº
77/99

24-09-01

Decreto-Lei
nº 77/99

Regula
o exercício da actividade de mediação imobiliária (alterado
pelo Decreto-Lei nº 258/2001)

16-03-99